



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

ST 1: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTEXTO E DESAFIOS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

SUSTAINABLE DEVELOPMENT: CONTEXT AND CHALLENGES IN THE URBANIZATION AND DEVELOPMENT CITIES PROCESS

Tatiane Vanessa ZAMIN¹, Tarcisio Dorn de OLIVEIRA², Tainara KUYVEN³,
Raíssa Castro SCHORN⁴, Daniel Hedlund Soares das CHAGAS⁵

Resumo:

O desenvolvimento sustentável está diretamente relacionado às novas necessidades da utilização racional dos recursos naturais e em constante preocupação com as gerações futuras. O desenvolvimento sustentável é um conjunto de valores culturais, questões éticas e comportamentais além de, incluir aspectos econômicos, ecológicos e sociais. Assim, a pesquisa estrutura-se a partir de um campo teórico, através de pesquisas bibliográficas e documentais para melhor explicar o tema. É de suma importância que toda a população integre-se ao processo de construção do futuro ambiental e que os indivíduos possam ter consciência sobre o papel social, político e econômico da cidade em que habitam rumo ao desenvolvimento sustentável. Com princípios básicos de desenvolvimento sustentável é possível criar soluções inteligentes que possam ser aplicadas nas diversas regiões do país, para suprir a demanda de habitação das pessoas de menor condição financeira e de forma a resolver as demais problemáticas relacionadas como exemplo, à desigualdade social.

Palavras-chave: Sustentabilidade, urbanização, cidade.

1 Especialista em Residência Multiprofissional em Saúde da Família pela UNIJUÍ; Bacharela em Nutrição pela UNIJUÍ; Bacharela em Arquitetura e Urbanismo pela UNIJUÍ; e-mail: tatiane.v.zamin2@gmail.com

2 Pós-doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela IMED; Doutor em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ; Mestre em Patrimônio Cultural pela UFSM; Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela UNICRUZ; e-mail: tarcisio_dorn@hotmail.com

3 Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ; Bacharela em Engenharia Civil pela UNIJUÍ; e-mail: taia-kuyven@hotmail.com.

4 Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ; Especialista em Docência do Ensino Superior pela UNIASSELVI; Bacharela em Design de Interiores pela UNIVALI; e-mail: schorn.interiores@gmail.com

5 Especializando em Docência do Ensino Superior e Educação de Jovens e Adultos pela FAVENI; Bacharel em Direito pela UNIJUÍ; e-mail: danielhedlund_13@hotmail.com



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Abstract:

Sustainable development is directly related to the new needs for the rational use of natural resources and in constant concern for future generations - sustainable development is a set of cultural values, ethical and behavioral issues, in addition to including economic, ecological and social aspects. Thus, the research is structured from a theoretical field, through bibliographic and documentary research to better explain the topic. It is of utmost importance that the entire population is integrated into the process of building the future and that individuals can be aware of the social, political, economic and environmental role of the city in which they live towards sustainable development. With basic principles of sustainable development, it is possible to create smart solutions that can be applied in different regions of the country, to meet the housing demand of people with less financial conditions and in order to solve other problems related, for example, to social inequality.

Keywords: Sustainability, urbanization, city.

INTRODUÇÃO

Todo ser humano necessita de um local tranquilo – ambiente que sinta-se protegido da sociedade e que possa desenvolver todas suas atividades, seja de repouso, descanso, lazer, convívio familiar, dentre outros. Para Martins et al. (2013), a habitação é de fundamental importância para o equilíbrio social, ao passo que, a moradia é um direito do homem e o acesso a ela constitui-se como uma aspiração do cidadão, contribuindo para a promoção de sua dignidade.

Rykwert (2004) observa que a falta de habitações destinadas à população de baixa renda começa nas cidades da Inglaterra, para posteriormente ocorrer no restante da Europa. O autor observa que, na metade do século XIX, como consequência da Revolução Industrial, as cidades britânicas já haviam recebido grande quantidade de pessoas provenientes do meio rural. Estas tendiam a alojarem-se em habitações alugadas ou mesmo em habitações invadidas, em muitos casos, densamente ocupadas e em condições precárias em termos de salubridade e tamanho.

No Brasil, Reis (1992), observa que a habitação social surge como consequência da demanda de um grande número de habitações em decorrência de migrações acentuadas a partir da década de 1950, fundamentalmente, da industrialização acelerada, assim como, do próprio crescimento significativo da população brasileira. O autor salienta que, a ausência de planejamento em relação à habitação nesta época, em conjunto com as altas taxas de crescimento populacional refletiram diretamente na escassez de habitações, provocando a criação de cortiços e de moradias em condições precárias, sendo estas, geralmente construídas manualmente pelos próprios moradores



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

sem nenhum entendimento do processo construtivo e sem nenhuma preocupação com a questão estética – as aglomerações destes locais deram início ao processo de favelização.

A partir da evidência da problemática, o governo em vigor, no ano de 1964, cria o Banco Nacional de Habitação, como forma de conter a crise de moradia presente no país e como proposta gerir e financiar construções para auxiliar a parcela da população de menor poder aquisitivo em obter casa própria bem como, ampliar as oportunidades empregatícias e impulsionar o setor da construção civil (BRASIL, 1964). Assim, foram implantados diversos programas e métodos para suprir esta demanda constante, porém percebe-se que ainda não se tem alguma estratégia que seja totalmente eficaz, no sentido de se manter por um longo período de tempo e de abrigar toda a população que depende e necessita de programas dessa finalidade.

É importante ressaltar que a complexidade da problemática em que se envolve a questão da moradia no país não se dá apenas em aspectos quantitativos, no sentido de abrigar toda a população, mas também em fatores qualitativos. Ou seja, a situação em que estas edificações são entregues aos moradores, sendo esta questão inteiramente ligada à qualidade de vida e a dignidade humana. Compreende-se que um conjunto de habitações de interesse social deve englobar aspectos como a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica, política e social, garantindo que seus contemplados tenham além de uma moradia, o acesso ao efetivo desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi firmado na Agenda 21, documento desenvolvido na Conferência Rio-92. O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação, que visa atender a todas as necessidades dos indivíduos de maneira que não prejudique as novas gerações tanto em desenvolvimento social, econômico, cultural, como também, ecológico e ambiental na preservação de *habitats* naturais e das espécies que nele habitam. Nesse contexto, Cavalcanti (2003), lembra que ao definir desenvolvimento sustentável discute-se também o que é sustentabilidade, que para o autor, significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema.

O desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem em longo prazo, conduzido por políticas públicas e guiadas por planos de desenvolvimento nas diversas esferas em que a pluralidade dos atores sociais deve ser levada em consideração. Conforme Canepa (2007), o desenvolvimento sustentável caracteriza-se não como estado fixo de harmonia, mas sim, como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro. A Carta da Terra



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

traz importantes ressalvas sobre o meio ambiente, a saber:

stamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (CARTA DA TERRA, 2002, p. 1).

Uma sociedade sustentável dá-se pelo seu desenvolvimento, haja visto, que o mundo encontra-se em constantes mudanças e crescimento. Logo, o desenvolvimento sustentável está diretamente relacionado às novas necessidades da utilização racional dos recursos naturais e em constante preocupação com as gerações futuras – o desenvolvimento sustentável é um conjunto de valores culturais, questões éticas e comportamentais, além de, incluir aspectos econômicos, ecológicos e sociais.

Para a idealização de projetos urbanísticos e arquitetônicos eficazes e de caráter sustentável, deve-se levar em consideração todo esse conjunto de particularidades, almejando englobar os interesses e necessidades da sociedade. Através de uma pesquisa bibliográfica e documental, o artigo intenta refletir o desenvolvimento sustentável pela ótica do processo de urbanização e desenvolvimento das cidades.

METODOLOGIA

A pesquisa estrutura-se a partir de um campo teórico, através de pesquisas bibliográficas e documentais. Na elaboração deste ensaio teórico observou-se o estudo exploratório, em que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental desenvolvido com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos, que a partir dos dados obtidos, realizou-se a análise e interpretação das informações, mesclando-as de maneira a conseguir uma maior compreensão sobre o tema abordado.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

DESENVOLVIMENTO

A sustentabilidade como premissa para o desenvolvimento humano

Percebe-se a enorme complexidade que envolve o planejamento de espaços que incluam todas as searas da sustentabilidade. Desta forma, faz-se necessário a reunião do conhecimento dos profissionais das diversas áreas de estudo, para que seja possível, o desenvolvimento de um planejamento totalmente eficaz nos diversos espaços públicos e sociais que integram e compõe uma cidade. Em 1986, a Conferência de Ottawa (Carta de Ottawa, 1986) estabelece cinco requisitos para se alcançar o desenvolvimento sustentável tais como, a integração da conservação e do desenvolvimento; a satisfação das necessidades básicas humanas; o alcance de equidade e justiça social; a provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural e; a manutenção da integração ecológica.

O final do século XX presenciou o crescimento da consciência da sociedade em relação à degradação do meio ambiente decorrente do processo de desenvolvimento. O aprofundamento da crise ambiental, juntamente com a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo, conduziu a um novo conceito - o de desenvolvimento sustentável. Este conceito alcançou um destaque inusitado a partir da década de 1990, tornando-se um dos termos mais utilizados para se definir um novo modelo de desenvolvimento. Esta crescente legitimidade do conceito não veio acompanhada, entretanto, de uma discussão crítica consistente a respeito do seu significado efetivo e das medidas necessárias para alcançá-lo (VAN BELLEN, 2004, p. 67).

Também a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988, 1991) reitera o conceito de desenvolvimento sustentável alinhando ao processo de crescimento da cidade e objetivando a conservação do uso racional dos recursos naturais incorporados às atividades produtivas. Dentre esses objetivos destaca-se o crescimento renovável; a mudança de qualidade do crescimento; a satisfação das necessidades essenciais por emprego, água, energia, alimento e saneamento básico; a garantia de um nível sustentável da população; a conservação e proteção da base de recursos; a reorientação da tecnologia e do gerenciamento de risco e; a reorientação das relações econômicas internacionais.

Com crescimento e urbanização das cidades o desenvolvimento sustentável vem de encontro às necessidades da população, através de assegurar e proteger o ecossistema, a saúde humana e a qualidade de vida. Reis (2002), Legendre (2003) e Silva (2007) sinalizam que o desenvolvimento sustentável está baseado em três dimensões sendo: a dimensão social, a dimensão ambiental ou ecológica e a dimensão econômica. Ainda White e Ellis, (2007) reforçam que o conceito de sustentabilidade implica a existência de um balanço entre os aspectos econômicos, ambientais (ou ecológicos) e sociais. A seguir a figura 01 ilustra o conceito acima mencionado.



OBSERVADR





Figura 01 - Esquema relacionando parâmetros para alcançar o desenvolvimento sustentável



Fonte: Barbosa (2008).

O desenvolvimento sustentável pode ser entendido como aquele que contempla todas as necessidades da atualidade sem prejudicar as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. Assegurar a equidade, a paz e a tranquilidade para a população através do contexto de desenvolvimento sustentável é um grande desafio em processo de urbanização, que gera transformação no ecossistema, mas que deve promover principalmente o bem-estar e a qualidade de vida a toda população de forma igualitária.

Sustentabilidade social

A sustentabilidade social refere-se ao desenvolvimento que tem por finalidade melhorar a qualidade dos seres humanos. Legendre (2003) e Silva (2007) abordam que a sustentabilidade social integra adequações e projetos de espaços que melhorem o bem-estar, qualidade e o valor para os usuários. Para Kruse (1997), o conceito de sustentabilidade social deve considerar as pessoas como seres culturais, ultrapassando a noção de seres humanos como organismos que



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

vivem com base num mínimo de necessidades diárias de calorias e água. Ainda, para o autor, a sustentabilidade social trata, por exemplo, de oportunidades iguais para os seres humanos, dos padrões de atividades em diferentes contextos culturais e sociais nos quais as pessoas vivem e dos padrões de comportamento relacionados à mobilidade, experiência habitacional, trabalho e relações sociais.

A sustentabilidade social trata também de indicadores tais como, a acessibilidade, a qualidade estética arquitetônica, a flexibilidade da edificação, o ambiente interno e adequação ao entorno. O desenvolvimento do país é influenciado pelas ações que o Estado em sua vasta complexidade enfatiza, com a construção de edificações e estruturas de cujo social que assim, possam melhorar a qualidade de vida, da urbanização nas cidades e de seu entorno, gerando espaços que valorizem a equidade, favorecendo a toda população com benefícios e contribuições para as gerações futuras.

Sustentabilidade ambiental

A sustentabilidade ambiental apresenta como princípio básico a preservação do meio ambiente sem impedir o desenvolvimento da sociedade e se refere diretamente a todas as ações com interferência humana que possuam possibilidade de gerar impacto ambiental, em curto ou longo prazo. Ou seja, é a capacidade de atender as necessidades humanas atuais, sem afetar as gerações futuras no sentido de captação de recursos naturais e suprimentos. Para Barbosa (2008) um dos desafios da sustentabilidade ambiental é a conscientização de que esta é um processo a ser percorrido e não algo definitivo a ser alcançado, onde a busca por uma conceituação urbana sustentável traz consigo uma série de proposições e estratégias que buscam atuar em níveis tanto locais quanto globais.

Para Sadan e Churchman (1996) não basta, por exemplo, haver sustentabilidade ambiental, como a redução do gasto de energia em uma habitação, se não houver sustentabilidade social, tal como um adequado nível de privacidade visual no interior de uma habitação. Esta também é fundamental, pois o desenvolvimento sustentável é um complexo de valores culturais, aspectos éticos, atitudes e comportamentos humanos além dos aspectos ecológicos a serem considerados na formulação de estratégias para soluções efetivas e aceitáveis, incluindo os interesses e a qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades locais.

O conceito descrito por Sachs (1993) refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados às atividades produtivas e à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Priorizar o desenvolvimento social e humano com capacidade de suporte ambiental, gerando cidades produtoras com atividades que podem ser acessadas por todos é uma forma de valorização do espaço incorporando os elementos naturais e sociais.

Ferreira (1998), observa que o padrão de produção e consumo que caracteriza o atual estilo de desenvolvimento tende a consolidar-se no espaço das cidades e estas se tornam cada vez mais o foco principal na definição de estratégias e políticas de desenvolvimento. A sustentabilidade urbana é baseada na interação com os recursos naturais e adequação ao clima do local, sendo adequado o uso racional e a necessidade de um desenvolvimento urbano sustentável com direitos básicos a toda população tais como, o direito ao abrigo, a água, a alimentação, a saúde, a educação, entre outros.

Barbosa (2008), referencia que é de grande importância à busca de alternativas sustentáveis e que esquadrihem qualidade de vida para a dinâmica urbana, consolidando uma referência para o processo de planejamento urbano. É de suma importância à sustentabilidade no espaço urbano, que na maioria dos países, juntamente com o Brasil o desenvolvimento está conectado à vida e a urbanização das cidades e de como as políticas urbanas se adaptam aos serviços com subsídio para uma gestão integrada.

Entende-se que o desenvolvimento ambiental, como sendo um dos três principais pilares do desenvolvimento econômico sustentável, é de suma importância para garantir boas condições de vida para as demais gerações, além de alterar de imediato a questão econômica no sentido de gastos de uma residência unifamiliar. Sendo assim, este é um desenvolvimento inteligente, com benefícios comprovados e que deve se tornar um padrão para as habitações de interesse social.

Sustentabilidade econômica

Esta dimensão do desenvolvimento supõe o aumento da eficiência da produção e do consumo com economia de recursos naturais, com destaque para recursos permissivos como as fontes fósseis de energia e os recursos delicados e mal distribuídos, como a água e os minerais. Trata-se daquilo que alguns denominam como ecoeficiência, que supõe uma contínua inovação tecnológica que nos leve a sair do ciclo fóssil de energia (carvão, petróleo e gás) e a ampliar a desmaterialização da economia.

A Agenda 21 (1992) fala que sustentabilidade econômica refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado, ou seja, implica a avaliação da eficiência por processos macro social. Neste caso, tanto as políticas



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

dos países individuais, como as relações econômicas internacionais têm grande relevância para o desenvolvimento sustentável, em que o processo de desenvolvimento não adquire impulso caso a economia mundial careça de dinamismo e estabilidade.

Porto (2009) afirma que as discussões teóricas e as experiências empíricas apontam para a existência de eixos de desenvolvimento econômico no Brasil, ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos, que intensificam os conflitos socioambientais. Estes podem ser definidos pelo embate entre grupos sociais a partir de seus interesses e valores envolvendo de forma central questões ecológicas, como o meio biofísico, o uso dos territórios e seus recursos naturais (LITTLE PE, 2004).

Em decorrência ao acelerado crescimento das cidades e o que isso acarreta tanto no setor ambiental como econômico, que gera capacidade de produção e que contribuem para a manutenção dos recursos naturais, para as novas gerações, através de práticas administrativas e financeiras com desenvolvimentos econômico do país. Conforme Nascimento (2012) que aborda a defesa ambiental entre os países também, estava o combate à desigualdade, à pobreza e que frente a essa divisão, que colocava em confronto desenvolvimentista e ambientalista à política urbana e social. Englobar os princípios do desenvolvimento sustentável tais com, ambiental, social e econômico, sempre que possível, reflete em fazer conexões entre estes, além de que as cidades deve causar sensação de conforto, de forma a garantir aos moradores o acesso à efetiva qualidade de vida, a dignidade humana e ao desenvolvimento pessoal e profissional.

CONCLUSÃO

Atualmente, observa-se que pobreza não é mais inevitável e que o desenvolvimento de uma cidade deve priorizar o atendimento das necessidades básicas de todos e oferecer possibilidades de melhoria na qualidade de vida para toda a população, em que a equidade seja a condição prioritária para que haja a participação efetiva da sociedade na tomada de decisões, através de processos democráticos para o desenvolvimento urbano. Através dos princípios básicos do desenvolvimento sustentável é possível criar soluções inteligentes que possam ser aplicadas nas diversas regiões do país, para suprir a demanda de habitação das pessoas de menor condição financeira e de forma a resolver as demais problemáticas relacionadas como exemplo, à desigualdade social.

Percebe-se, portanto, que o atual desafio de aplicar o desenvolvimento sustentável é de tamanha complexidade e envolve diversos fatores, que muitas vezes a falta de estudos aprofundados e de conhecimento delimita a competência de um profissional qualificado de efetivar um projeto que atenda a todas as necessidades específicas. Visto que, além de compreender os moradores que



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

residem na cidade, é necessário prever condições de vida das gerações futuras, além de suas necessidades e responsabilidades para com a sociedade.

É evidente a relevância ao considerar os aspectos de desenvolvimento sustentável para um projeto de habitação de interesse social sendo possível fazer recomendações projetuais adequadas às necessidades dos usuários e, logo, otimizando o projeto da habitação de interesse social. O desenvolvimento sustentável não deve ser vinculado à propaganda política deve ser uma resposta aos anseios da sociedade consistindo em encontrar maneiras de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, socialmente justa, ambientalmente viável e economicamente eficaz.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD. Rio de Janeiro, 1992.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**. 4 ed. n. 4. v. 1, 2008.

BRASIL. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. 1964.

CANEPA, Carla. **Cidades Sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade**. São Paulo: Editora RCS, 2007.

CAVALCANTI, Clóvis. (org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARTA DE OTTAWA. Primeira Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde, Ottawa, 1986. Disponível em <www.opas.org.br>. Acesso em agosto de 2020.

CARTA DA TERRA. Organização das Nações Unidas, 2002.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

KRUSE, L. Evolving the Concept of Sustainability. In: CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR PEOPLE-ENVIRONMENT STUDIES, 14., 1997, Stockholm. **Proceedings...** Estocolmo: Royal Institute of Technology (KTH), The Department of Architecture and Townplanning, v. 1, 1997, p. 1012.

LEGENDRE, A. Social Sustainability and Changes in Environments Designed for Young Children: the case of the French day-care centers. In: MOSER, G. et al. (Ed.). **People, Places, and Sustainability.** Gottingen, Alemanha: Hogrefe & Huber Publishers, 2003, p. 243-254.

LITTLE PE. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade.** Indaiatuba, 2004.

MARTINS, Marcele Salles *et al.* Projeto de Habitações Flexíveis de Interesse Social. **Oculum ens.** Campinas, 2013, p. 301-310.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico.** Estud. av., São Paulo, v. 26, n. 74, 2012, p. 51-64.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, 2009, p. 1983-1994.

REIS, A. Aparência, Qualidade e Habitação Sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 9, 2002, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANTAC, 2002, p. 1105-1112.

REIS, A. **Mass Housing Design, User Participation and Satisfaction.** 1992. 361 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Post-graduate Research School, School of Architecture, Oxford Brookes University, Oxford, 1992.

RYKWERT, Joseph. **A Sedução do Lugar: a história e o futuro da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente.** São Paulo: Studio Nobel - Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.

SADAN, E.; CHURCHMAN, A. Global Sustainability and Community Empowerment. In:



OBSERVADR





II SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR PEOPLE-ENVIRONMENT STUDIES, 14., 1996, Stockholm. **Proceedings...** Stockholm: Royal Institute of Technology (KTH), The Department of Architecture and Townplanning, 1996. v. 1, p. 184-192.

SILVA, V. G. Indicadores de Sustentabilidade de Edifícios: estado da arte e desafios para desenvolvimento no Brasil. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, 2007, p. 47-66.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação.** Ambiente e Sociedade, Campinas, v. 7, n. 1, 2004, p. 67-87.

WHITE, S. S.; ELLIS, C. Sustainability, the Environment, and New Urbanism: an assessment and agenda forr. **Journal of Architectural and Planning Research**, Chicago, v. 24, n. 2,



OBSERVADR

